



TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Aquisição de Materiais Odontológicos para atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura Municipal de Monte Sião/MG, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição do Produto	Qte	Unid.	Valor Unit.	Valor Total
1	ACIDO FOSFORICO GEL A 37 Acido fosforico gel 37%. Unidade com 2,5 ml.	80	UN	2,55	204,00
2	AGULHA DE SUTURA MEDIA Agulha para sutura média. pacote com 12 unidades	6	PT	118,69	712,14
3	APLICADOR DE DYCALL em aço inox	35	UN	26,71	934,85
4	BLOCO DE ESPATULACAO Bloco de espatulação pequeno com 50 folhas	40	UN	12,78	511,20
5	BROCA DIAMANTADA 3168 F Broca diamantada 3168 F	80	UN	6,29	503,20
6	BROCA DIAMANTADA 3195 F Broca diamantada 3195 F	80	UN	6,29	503,20
7	BROCA DIAMANTADA Nº 2094 Broca diamantada nº 2094	80	UN	6,29	503,20
8	BROCA DIAMANTADA Nº 3072 Broca diamantada nº 3072	80	UN	6,29	503,20
9	BROCA DIAMANTADA Nº 3098 Broca diamantada nº 3098	80	UN	6,29	503,20
10	CABO PARA ESPELHO aço inox	35	UN	15,94	557,90
11	CIMENTO DE IONOMERO Cimento de ionomero de vidro. frasco com Po + Liquido.	24	UN	53,42	1.282,08
12	CIMENTO OBTURADOR PROVISÓRIO - FRASCO C/ 25 GR Cimento obturador provisório. Fr c/ 25 gr.	16	FR	71,53	1.144,48
13	CONJUNTO DE PONTEIRAS Conjunto de ponteiras para raspagem para aparelho de ultra som.	14	JG	242,67	3.397,38
14	DISCO DE LIXA Disco de lixa polimento para contra ângulo. pacote com 50 unidades.	16	PT	291,65	4.666,40
15	ESCOVA DE ROBSON Escova Robson para polimento	80	UN	2,96	236,80
16	ESCOVA DENTAL ADULTO	1000	UN	3,30	3.300,00





Prefeitura Municipal de Monte Sião-MG
SECRETARIA DE SAÚDE
CEP: 37580-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

	Escova dental macia adulto com protetor de cerdas				
17	ESCOVA DENTAL INFANTIL Escova dental macia infantil com protetor de cerdas	1000	UN	1,54	1.540,00
18	ESPATULA N 24 aço inox	35	UN	27,64	967,40
19	ESPELHO BUCAL NO 5 Espelho plano nº 5	80	UN	7,84	627,20
20	ESPONJA DE COLAGENO HEMOSTATIA Esponja de colageno hemostatica. caixa com 10 unidades	6	CX	89,93	539,58
21	EUGENOL LIQUIDO Eugenol. frasco com 20 ml.	12	FR	25,47	305,64
22	FICHA CLINICA Ficha clinica. pacote com 100 unidades.	30	PT	19,43	582,90
23	FIO DE SEDA 4 0 AGULHADO Fio de seda agulhado 4.0. Cx c/ 24 unid.	36	UN	68,99	2.483,64
24	FIO DE SUTURA 5MT Fio de sutura. unidade com 5 metros	7	UN	57,27	400,89
25	FIO DENTAL 50 METROS Fio Dental. unidade com 50 metros	24	FR	3,77	90,48
26	FIXADOR ODONTOLOGICO 500 ML Fixador Odontológico 500 ml - Solução formulada para fixar a revelação da imagem radiográfica em películas previamente sensibilizadas por exposição aos raios X. Indicado para fixar imagens em filmes periapicais; Destinado ao processamento manual de filmes dentais intra-orais.	8	UN	33,93	271,44
27	FORCEPS ADULTO NO 17 Fórceps adulto nº 17	3	UN	131,29	393,87
28	FORCEPS ADULTO NO 65 Fórceps adulto nº 65	3	UN	131,29	393,87
29	FORCEPS ADULTO NO1 Fórceps adulto nº 1	3	UN	131,29	393,87
30	FORCEPS ADULTO N 151 Fórceps adulto nº 151	3	UN	131,29	393,87
31	HIDROXIDO DE CALCIO P A Hidroxido de calcio PA. frasco com 10 gr.	6	VD	6,16	36,96
32	ODOFORMIO Iodoformio. frasco com 10 g	8	FR	46,53	372,24
33	JOGO DE ALAVANCAS Jogo de alavancas bandeirinha Seldin direita/ esquerda e reta contendo 3 unidades.	7	UN	145,44	1.018,08
34	MACRO EVOLUCAO DA CARIE Macro modelo articulado, tema: "Evolucao da Carie Dentaria". Macro Evolucao da Carie em resina. Modelo	1	UN	179,96	179,96





Prefeitura do Município de Monte Sião-MG
SECRETARIA DE SAÚDE
CEP: 37580-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

	abre e fecha, para demonstracao correta das fases: Dente sadio; Carie de esmalte; Carie de dentina; Endo (Canal). Dimensoes minimas: 06 cm de largura x 19 cm de comprimento.				
35	MACRO MODELO ARTICULADO Macro modelo articulado com lingua para escovacao. Macro Maxi Modelo Escovacao com arcada superior arcada inferior, lingua e articulador metalico flexivel, que permite posicionar na oclusao tipo I, oclusao tipo II, oclusao tipo III e mordida cruzada. Ideal para treinamento de escovacao dentaria, de lingua e uso de fio dental. Medidas nao inferiores a: 10x10x12 cm.	1	UN	525,26	525,26
36	MACRO MODELO DE ESCOVA DENTAL Macro-modelo de escova dental, medida minima de 35cm.	1	UN	74,79	74,79
37	MATRIZ DE ACO 0 05MM Matriz de aço 0,05 mm	30	UN	3,23	96,90
38	MATRIZ DE ACO 0 07MM Matriz de aço 0,07 mm	30	UN	3,72	111,60
39	OXIDO DE ZINCO PO REFORCADO Oxido de zinco po. frasco com 50 gr.	24	FR	18,37	440,88
40	PARAMONOCLOFENOL CANFORADO Paramonoclorofenol canforado. frasco com 20 ml	8	FR	16,82	134,56
41	PASTA PROFILATICA 90GR Pasta profilatica. bisnaga com 90 gr.	24	BI	6,35	152,40
42	PINCA CLINICA aço inox	35	UN	14,19	496,65
43	PLACA DE VIDRO	6	UN	30,28	181,68
44	PORTA ALGODAO EM ACO INOX Porta Algodão; em inox; com mola; 08 x 08cm; capacidade: 400 ml.	2	UN	104,47	208,94
45	PORTA MATRIZ TOFLEMIRE aço inox	35	UN	40,16	1.405,60
46	PORTA RESIDUO EM ACO INOX Porta resíduos odontológico em aço inox	2	UN	83,49	166,98
47	POTE DAPPEN Pote dappen plástico	6	UN	6,61	39,66
48	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL A2 Resina fotopolimerizavel composta por Bis GMA, TEG DMA, zirconia e silica (cor A2). Unidade com 4 gr.	30	UN	52,88	1.586,40
49	REVELADOR ODONTOLOGICO 500 ML Revelador Odontologico 500ml - Indicado para revelação da imagem do exame na película de filme. Características: Composição: Água, dietileno glicol, hidroquinona e carbonato de potássio. Pronto uso. Validade: 1 ano. Apresentação: Embalagem com 500ml.	8	UN	34,63	277,04





Prefeitura do Município de Monte Siao - MG
SECRETARIA DE SAÚDE
CEP: 37580-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

50	ROLETE DE ALGODAO Roletes de algodao. pacote com 100 unidades.	250	PT	9,19	2.297,50
51	SACA BROCAS COMPATIVEL CANETA MICRODENT SACA BROCAS COMPATIVEL CANETA MICRODENT	5	UN	50,20	251,00
52	SERINGA CARPULE aço inox	25	UN	65,58	1.639,50
53	MANDRIL PARA CONTRA ANGULO	30	UN	9,00	270,00
54	MACRO MODELO ARTICULADO DOENCA PERIODONTAL Macro modelo articulado tema "Doença Periodontal"	1	UN	505,92	505,92
55	AGULHA GENGIVAL EXTRA CURTA Agulha gengival extra curta. Cx c/ 100 unidades	10	CX	31,95	319,50
56	AGULHA GENGIVAL Agulha gengival curta. caixa com 100 unidades	60	CX	35,59	2.135,40
57	CREME DENTAL COM FLUÓR Creme dental com flúor Bisnaga c/ 90 gr	120	UN	3,76	451,20
58	OLEO LUBRIFICANTE SPRAY Oleo lubrificante spray - frasco com 100 ml.	48	FR	29,90	1.435,20
59	FILME RADIOGRAFICO ODONTOLOGICO 3X4 CM Filme Radiográfico odontológico - Indicado para tomadas radiográficas intra-orais (filme 3x4cm), processamento manual ou automático. Filme radiográfico intra-oral de velocidade E, com alta qualidade de imagem, contraste elevado e menor necessidade de exposição à radiação. Compatível com todos os aparelhos de raios-X do mercado, pode ser processado com qualquer químico padrão (revelador e fixador), de maneira manual ou automática. Embalagem extra-macia com cantos arredondados (Softopac). Diagnóstico facilitado devido ao seu contraste elevado e densidade máxima (tons de cinza bem definidos). Evita imagens trêmulas (curto tempo de exposição). Plástico extra-macio, resistente à saliva e desinfetável. Velocidade E. CONTÉM 150 UNIDADES.TAMANHO 3X4.	1	CX	399,72	399,72
60	FICHA PARA RAO-X 2 FUROS COM 100 UNIDADES Ficha para raio-x adulto 2 furos com 100 unidades - Ficha de Raio-x - possui 2 espaços. Indicações: Indicada para Utilizar na rotina administrativa diária do consultório.	2	PT	22,92	45,84
61	CARIOSTATICO 12% 10 ML CARIOSTATICO 12% 10 ml - Solução aquosa com ácido fluorídrico, nitrato de prata e hidróxido de amônia que reagem formando o fluoreto de cálcio e fosfato de prata na	8	UN	50,90	407,20





Prefeitura Municipal de Monte Sião-MG
SECRETARIA DE SAÚDE
CEP: 37580-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

	presença da dentina. Usado na inibição e prevenção da cárie dental em crianças devido ao uso da mamadeira noturna, na prevenção de cáries secundárias e após restaurações de amálgama ou blocos fundidos. Também usado na prevenção de cáries em fôssulas e fissuras. Fortalece a estrutura do esmalte enquanto impede o aumento da cárie.				
62	FORCEPS ADULTO Nº 18 L Fórceps adulto nº 18 L - Aço inox. Autoclavável. Utilizado para extração. Indicado para molares superiores do lado esquerdo e suas raízes.	3	UN	138,20	414,60
63	HIDROXIDO DE CALCIO FOTOPOLIMERIZAVEL Hidróxido de Cálcio fotopolimerizável – Composto de Hidróxido de Cálcio fotopolimerizável e radiopaco. Não inibe a polimerização de resinas. Produto foi formulado para apresentar alta resistência à dissolução pelo ácido fosfórico utilizado no condicionamento ácido das estruturas dentais. A formulação oferece potencial adesividade a superfícies metálicas agindo como opacificador em reparos de prótese. Aplicação controlada por meio de seringa. Fotopolimerizável: economia de tempo para o dentista e menor desperdício de material. Cor Dentina se assemelha a um dente natural. Insolúvel em água. Possui alta resistência ao ácido fosfórico. Versatilidade de uso: pode ser usado com todos os materiais restauradores. Aplicação: Indicado para o capeamento pulpar e forramento protetor sob materiais restauradores, cimentos e outros materiais de base. Além de ser usado como opacificador para metais e dentina reacional.	16	UN	39,28	628,48
64	FORCEPS ADULTO Nº 16 - 446.001.251 Fórceps adulto nº 16 - Aço inox. Autoclavável. Indicado para molares inferiores de ambos os lados.	3	UN	138,20	414,60
65	ALVEOLOTOMO LUER CURVO Alveolótomo Luer Curvo - Utilizado para aparar tecido fibroso ou pequenas espículas ósseas. Características: Aço inox; Autoclavável; Também conhecida como Pinça Goiva; Tamanho: 15 cm.	14	UN	155,60	2.178,40
66	ALAVANCAS HEIDBRINK - JOGO C/ 3 PEÇAS Alavancas Heidbrink - Jogo c/ 3 peças. Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420. Instrumento Delicado para a remoção de pontas de raiz em áreas de difícil acesso.	7	KT	129,59	907,13
67	ALAVANCA APEXO - JOGO C/ 3 PEÇAS. Alavanca Apexo - Jogo c/ 3 Peças. Instrumento com cabo grosso, não cortante, possuem as pontas serrilhadas; Em	7	KT	129,59	907,13





	aço inoxidável; Utilizado para extração de dentes.				
68	FORCEPS ADULTO Nº 18 R Fórceps adulto bº 18 R – Aço inox. Autoclavável. Indicado para molares superiores do lado direito e suas raízes.	3	UN	138,20	414,60
69	CAMARA ESCURA PARA REVELACAO COM ILUMINAÇÃO PRETA Câmara Escura Para Revelação com Iluminação Preta. Utilizada em revelações de radiografias periapicais, interproximais e oclusais. CARACTERÍSTICAS:- Angulagem para entrada das mãos. - Fácil remoção das luvas para assepsia. - Visor acrílico destacável. - 4 reservatórios para líquido (água, removedor, fixador e água). - Não existem bordas retentivas, facilitando assepsia. - Material resistente a produtos químicos, ácidos, substâncias alcalinas e detergentes. - Iluminação de led sem emissão de raios ultravioletas, sem danificar a película radiográfica. Corrente: 40 MA. Luz Led: 6000 candela. Bateria: 9 V. Dimensões aproximadas: 340mm (comprimento) x 230mm (largura) x 230mm (altura).	1	UN	474,00	474,00

Valor Total: R\$ 52.851,38

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.





3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Subcontratação

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

Garantia da contratação

4.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 10 dias, contados do recebimento da autorização de fornecimento, em remessa única.

5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço, da Secretaria de Saúde, rua Tijuco Preto, 286, bairro Tijuco Preto, CEP 37580-000, Monte Sião – MG.

GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

5.3. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).





6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

FISCALIZAÇÃO

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a





regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

GESTOR DO CONTRATO

6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais,





elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.13. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

RECEBIMENTO

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e





fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 07 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 30 dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.





7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do





contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

FORMA DE PAGAMENTO

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CESSÃO DE CRÉDITO





7.33. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.33.1. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.34. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.35. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.36. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.37. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA





8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, para **Registro de Preços**, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço.

FORMA DE FORNECIMENTO

8.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;





8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.13. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

8.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;





- 8.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 8.24. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 8.25. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 8.26. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;
- 8.26.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 8.26.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 8.26.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 8.26.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).





QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 8.28. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional ANVISA em plena validade;
- 8.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 8.29.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 8.29.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 8.30. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 8.31. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- 8.31.1. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 8.31.2. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;
- 8.31.3. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 8.31.4. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- 8.31.5. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias





gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.31.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 52.851,38** (cinquenta e dois mil oitocentos e cinquenta e um reais e trinta e oito centavos).

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Programa: 0072 SAÚDE BUCAL

Ação: 1316 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

Centro de Custo: 388

Fonte: 002

Local: Local: Para atender as necessidades dos SETORES DE ODONTOLOGIA da ATENÇÃO BÁSICA nos PSF's São Simão, Mococa,

Tijuco Preto, Batinga, Colinas e Centro de Saúde Raimundo Horizontino Tavares Silva.

Ficha: 607 Equipamentos e Material Permanente

Saldo atual: **R\$ 15.000,00**

Programa: 0072 SAÚDE BUCAL

Ação: 2249 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES - SAÚDE BUCAL

Centro de Custo: 388

Fonte: 059





Prefeitura do Município de Monte Sião - MG
SECRETARIA DE SAÚDE
CEP: 37580-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Local: Local: Para atender as necessidades dos SETORES DE ODONTOLOGIA da ATENÇÃO BÁSICA nos PSF's São Simão, Mococa,

Tijuco Preto, Batinga, Colinas e Centro de Saúde Raimundo Horizontino Tavares Silva.

Ficha: 614 Material de Consumo

Saldo atual: **R\$ 30.000,00**

Monte Sião - MG, 16 de maio de 2025

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

Área solicitante: André de Godoy

Área técnica: Karina de Souza

Área de contratação: Gabriel Vaz Rodrigues

Fiscal de Contrato: André de Godoy





PREFEITURA DE MONTE SIÃO

RUA MAURÍCIO ZUCATO, N 111 - CENTRO - CNPJ: 22.646.525/0001-31

MONTE SIÃO/MG - CEP 37580-000

FONE: (35) 3465 3053



CÓDIGO DE ACESSO

6C2E88914838418DA539FF3E99999FEB

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

- ✓ Assinante: KARINA DE SOUZA em 16/05/2025 14:37:43
CPF:***.***.926-77
Certificadora: MUNICÍPIO DE MONTE SIÃO - ROOT
- ✓ Assinante: ANDRE DE GODOY em 16/05/2025 14:38:09
CPF:***.***.668-21
Certificadora: MUNICÍPIO DE MONTE SIÃO - ROOT
- ✓ Assinante: GABRIEL VAZ RODRIGUES em 16/05/2025 14:49:25
CPF:***.***.828-54
Certificadora: MUNICÍPIO DE MONTE SIÃO - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://flowdocs.sgpcloud.net:9177/public/assinaturas/6C2E88914838418DA539FF3E99999FEB>